



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**FELIPE LIMA VALVERDE FONSECA**

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL:  
UMA APLICAÇÃO PARA O ESTADO DA BAHIA**

**SALVADOR**

**2011**

**FELIPE LIMA VALVERDE FONSECA**

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL:  
UMA APLICAÇÃO PARA O ESTADO DA BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à Obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira

**SALVADOR**

**2011**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Fonseca, Felipe Lima Valverde

F676 Índice de Desenvolvimento Rural: uma aplicação para o Estado da Bahia/ Felipe Lima Valverde Fonseca. \_ Salvador, 2011.

45 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2011.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira.

1. Desenvolvimento rural - Bahia. I. Oliveira, Gilca Garcia de. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.38

FELIPE LIMA VALVERDE FONSECA

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA APLICAÇÃO PARA O ESTADO DA BAHIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 05 de Dezembro de 2011.

**Banca Examinadora**

**Orientador:** \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gilca Garcia de Oliveira  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Alynson dos Santos Rocha  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe Inês por todo o apoio e dedicação e a meu pai Luciano por ter me apoiado e me incentivado durante todo o período de estudos e de aprendizado.

Agradeço também a Laiana Santos por toda a ajuda e o apoio sempre presente nos momentos de maiores dificuldades e pelo constante reconhecimento da necessidade de abdicar da diversão em alguns momentos para que o trabalho fosse feito.

Não posso esquecer também dos meus amigos que sempre estiveram presente e nunca deixaram de me apoiar e me dar confiança mesmo nos momentos mais difíceis do trabalho.

Agradeço aos que me criticaram para que o trabalho fosse sempre melhorado e polido. Assim como a todos os professores que contribuíram para o aprendizado e crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Por fim, mas não menos importante agradeço à professora Gilca em específico por me orientar com toda a sua gentileza e paciência durante todo o período.

***“O sucesso é uma consequência e não  
um objetivo.”***

*(Gustave Flaubert)*

## RESUMO

Neste trabalho é feita uma análise conceitual e quantitativa do desenvolvimento rural na Bahia. Para tanto, é exposto um panorama dos conceitos, além do levantamento histórico da formação do rural baiano, e por fim uma análise empírica das transformações na estrutura rural que ocorreram na Bahia. Foram utilizados os dados secundários da base de dados do IBGE e da SEI com o objetivo de elaborar indicadores que caracterizam o grau de desenvolvimento rural baiano de acordo com o trabalho de Kageyama (2004) adaptado para a realidade e disponibilidade de dados para o estado da Bahia. Baseado na análise dos índices produzidos é exposto um quadro com uma classificação hierárquica quanto ao grau de desenvolvimento, agrupados em grupos de município que apresentam níveis de evolução semelhantes, dessa forma fica mais visível o grau de desenvolvimento de cada município e é facilitada a definição de políticas públicas específicas para cada região.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Índice. Bahia.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Número e taxa de crescimento dos estabelecimentos, área, e pessoas ocupadas e tratores, Bahia 1995 a 2006	22
Tabela 2 -	Estabelecimentos agropecuários e área total por grupo de área, em percentual, Bahia, 1995 e 2006	23
Tabela 3 -	Pessoal ocupado por grupos de área total (%), 1995 a 2006	23
Tabela 4 -	Número e taxa de crescimento das áreas ocupadas das atividades agrícolas e participação percentual das atividades agrícolas na área total, Bahia, 1995 a 2006	24
Tabela 5 -	Valores Máximos, Mínimos, Médios e Desvio padrão, dos índices parciais e do IDR	33
Tabela 6 -	Classificação do Índice de Desenvolvimento Rural em Quartis por município	34
Tabela 7 -	População rural residente nos municípios baianos segundo o nível do IDR	35
Tabela 8 -	PIB Agropecuário nos municípios baianos segundo o nível do IDR	35
Tabela 9 -	Municípios com maior área de agricultura familiar segundo o nível do IDR	36
Tabela 10 -	Índice de Desenvolvimento Rural, Índice de População, Índice de Bem Estar Social, Índice Econômico, Índice de Meio-Ambiente, Territórios de Identidade, Bahia	36
Tabela 11 -	Valores Máximos, Mínimos, Médios e Desvio padrão, dos índices parciais e do IDR por Território Identidade	37
Tabela 12 -	Classificação do Índice de Desenvolvimento Rural em Quartis por Território Identidade, Bahia	37



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>2</b>	<b>PRINCIPAIS CONCEITOS</b>	10
2.1	CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO	10
2.2	O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<b>3</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DO RURAL BAIANO</b>	18
3.1	ANÁLISE HISTÓRICA	18
3.2	ESTRUTURA ATUAL	21
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	26
4.1	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS	30
<b>5</b>	<b>ANÁLISES E RESULTADOS</b>	33
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	42
	<b>REFERÊNCIAS</b>	44

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é um tema que vem se mantendo bastante discutido. A idéia de crescimento econômico, apenas, já não basta, é preciso crescer de forma integrada com o social e o ambiental. Da mesma forma o desenvolvimento rural, além da esfera econômica, se expressa na dimensão sociocultural, político institucional e ambiental.

Considerando a agricultura como o centro desse processo de desenvolvimento rural, o padrão do Estado da Bahia apresenta-se como reflexo, principalmente, da sua estrutura fundiária. Caracterizada por alta concentração de terras, com um número reduzido de produtores concentrando extensas áreas agricultáveis e um grande número de produtores, agricultores familiares, concentrando uma pequena área.

O padrão da produção na Bahia é representado por uma produção diversificada das culturas e tendo, nas áreas de agricultura familiar, sua produção direcionada principalmente para produção de alimentos para o autoconsumo ou para o mercado interno, enquanto que a produção das áreas de grande latifúndio concentra-se, basicamente na produção de *commodities* exportáveis.

Realiza-se, neste estudo, uma análise da estrutura do rural baiano, com o intuito entender como se caracteriza a Bahia, baseada na análise do desenvolvimento rural dos municípios do Estado. Essa conclusão só é possível devido a uma análise dos dados disponíveis no banco de dados do IBGE e da SEI.

O trabalho tem por objetivo fazer uma análise conceitual e quantitativa do desenvolvimento rural na Bahia. Analisando as características do rural baiano, baseado em seus indicadores técnicos e estruturais, traçando uma trajetória do desenvolvimento rural no Estado da Bahia e demonstrando através de índices o nível de desenvolvimento rural de territórios, agrupados com base em sua especificidade.

Este trabalho é apoiado por uma bolsa do PIBIC/CNPq e faz parte do projeto de pesquisa “A questão agrícola e agrária no estado da Bahia – reflexos na estrutura produtiva”, sendo somente uma parte integrante do mesmo, e não o projeto como um todo.

No primeiro capítulo realiza-se a revisão da literatura, dando relevância aos principais conceitos e definições que são discutidos ao longo do trabalho, passando pelos conceitos de ruralidade, desenvolvimento e desenvolvimento rural.

No segundo capítulo faz-se um rápido levantamento histórico do rural baiano, fazendo uma análise da formação de sua estrutura, e é apresentada suas características atuais como sua peculiaridades e sua estruturação.

No terceiro capítulo explica-se detalhadamente a metodologia, fazendo um breve relato sobre o método estatístico utilizado que compreende uma análise de índices baseada no estudo de Kageyama (2004), porém modificados devido à disponibilidade de dados para os municípios do estado da Bahia. Esses índices foram construídos e analisados baseados em dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE e dados da SEI.

No quarto e último capítulo faz-se uma análise e interpretação sobre os resultados desse método, e como ele agrupa os municípios baianos com desenvolvimento similar. E também é feita uma análise com o agrupamento dos municípios na divisão de territórios identidade como classificados pela SEI.

Por ultimo apresentam-se as considerações finais, ficando expostas as necessidades de investimentos públicos inclusive em áreas que já apresentam um bom desenvolvimento, a alta concentração de renda no estado, e a baixa concentração demográfica em áreas de baixo desenvolvimento. Mesmo locais que obtiveram bons índices ainda possuem grande espaço para a melhora em todos os índices parciais calculados.

## 2 DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES

Para se operacionalizar a análise acerca do desenvolvimento rural da Bahia, é interessante iniciar esclarecendo os conceitos básicos envolvidos no processo de estudo. Nesta seção do estudo, busca-se discutir alguns conceitos e opiniões, especificamente, sobre desenvolvimento econômico, ruralidade e desenvolvimento rural.

### 2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO

De acordo com Furtado (1980) a idéia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Seu fundamento é o processo de invenção cultural. A partir dessa idéia o homem é visto como um fator de transformação do mundo. Isso parte do princípio de que o homem não está em equilíbrio com o meio e o modifica para realizar-se. Assim, as sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas, mais cabalmente, o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a intervenção cultural, em particular a transformação social.

Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116). Desenvolvimento nada mais seria que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002).

Outra definição possível para desenvolvimento, especificamente o econômico, pode ser uma fusão de crescimento sustentado, reestruturação produtiva com aprofundamento tecnológico e melhoria nos indicadores sociais da população em geral (IPEA, 2011). Estas metas, apesar de parecerem claras e definidas, não são fáceis de serem obtidas, afinal o desenvolvimento não se alcança com receitas prontas. Políticas e programas que funcionam e obtêm êxito em alguns países podem se mostrar desastrosas em outros. No mesmo sentido, políticas e programas de sucesso em um período, podem ser irrelevantes, ou mesmo catastróficas em outro.

Por ser um processo extremamente complexo e relevante para o bem-estar da população em âmbito mundial, o processo de desenvolvimento tem mobilizado pesquisadores e acadêmicos de forma geral, a fim de analisar e compreender formas de melhorar a qualidade de vida desta população.

Diante de qualquer conceituação, o desenvolvimento deve ser resultante do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, portanto, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social” (OLIVEIRA, 2002).

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.

Até a década de 1980, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) era o índice utilizado para se verificar o desenvolvimento de um país. Porém, desde 1990, com a publicação do primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), este indicador começou a ser considerado insuficiente e ineficiente para aferir este aspecto das economias mundiais. Desde então, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi idealizado e implementado no relatório citado, foi incorporado nas análises acadêmicas e nas avaliações e programas políticos, além dos discursos de muitos governantes, muitas vezes servindo como instrumento de avaliação de resultados daqueles.

Através do princípio de que o desenvolvimento humano consiste em um processo de ampliação das escolhas qualificadas disponíveis à população, este índice inclui, além do aumento da renda e da riqueza, outros bens e valores, que nem sempre podem ser materializados, mas são indispensáveis para o bem-estar da população, se mostrando muito mais eficaz na aferição do desenvolvimento de um país.

O termo desenvolvimento acaba por englobar vários aspectos, incluindo na sua conceituação os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Para uma melhor compreensão de cada aspecto, torna-se necessária a decomposição de alguns destes aspectos. Desta forma, dado o

enfoque no desenvolvimento rural neste trabalho, uma discussão específica se faz é necessária.

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL

Os debates que permeiam o conceito de desenvolvimento rural vêm, a cada dia, ocupando mais espaço em trabalhos acadêmicos e discussões nas instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no mundo. O conceito de “desenvolvimento rural” é dinâmico e não há um consenso, por isso, as discussões acerca do tema são tão constantes e válidas (GOMES *et al*, 2010). Apesar de haver concordância ao se destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final desse desenvolvimento, os meios para esse objetivo ser atingido são divergentes e, por caminhos, diferentes procuram alcançar as mesmas metas.

A análise do rural é fundamentada, por alguns autores, pela discussão de diferenciação de rural e urbano. Essas estruturas são diferenciadas por aspectos demográficos, econômicos, sociais e culturais. Alguns conceitos utilizados abordam a idéia de que as áreas rurais são distantes, essa característica refere-se à distância das áreas urbanas. Neste caso, o rural tem um caráter relativo, ou seja, é um complemento ou resíduo do urbano (KAGEYAMA, 2008).

A distinção entre o que é rural e o que é urbano passou por grandes transformações ao longo do século XX. O que antes era visto como domínio de grandes propriedades, regiões isoladas, com muita pobreza, passa, aos poucos, a ser reconhecido como um espaço em que os latifúndios não são mais absolutos, onde a modernização se impõe, a renda é crescente e as indústrias começam a se estabelecer, deixando de ser um espaço exclusivamente agrícola.

No entanto esses fatores ainda não são uma realidade no caso brasileiro, e mais especificamente ainda na Bahia. Indicadores ainda apontam para uma região altamente concentrada onde prevalecem a má distribuição de terras e certo atraso no desenvolvimento e na modificação do espaço supra-citado.

Ainda assim, segundo Kageyama (2008), a visão tradicional sobre a ruralidade atribuiu a esta três características principais: são espaços de baixa densidade populacional, com comunidades menores, onde há uma maior homogeneidade, menor estratificação social e menor mobilidade

horizontal e vertical; a população se ocupa de atividades agrícolas e vive em situação de atraso material e cultural.

No entanto, essa visão tradicional atualmente não é capaz de abranger características presentes no meio rural como:

Diversidade de ocupação, serviços e atividade produtiva, novas funções não exclusivamente produtivas, maior interação com o entorno urbano e uma revolução rural que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção as áreas rurais, essas mudanças configurariam uma nova ruralidade. (KAGEYAMA, 2008, p.20).

Como dito anteriormente, estes conceitos tem se reestruturado, de maneira que a “nova ruralidade”, estudada por Maria Nazareth Wanderley e José Eli da Veiga, por exemplo, já considera outros aspectos para estas distinções. Tais aspectos têm por base a modificação do espaço rural, que está cada vez mais modernizado, mecanizado e dinâmico (KAGEYAMA, 2004).

Outras mudanças também expressam essa diferença no novo conceito de ruralidade, entre elas: uma maior diversificação social; crescimento demográfico; valorização do patrimônio natural e cultural das localidades que também se tornam fonte de desenvolvimento local, emprego e renda; o novo papel dos agricultores que deverão contribuir para a construção e preservação das paisagens rurais, expandindo suas atividades profissionais para além do núcleo produtivo estritamente agrícola.

Baptista (2001) observa, em sua pesquisa sobre o sul europeu, que a maior diferença que persiste entre o rural e o urbano ainda é a densidade populacional, e não qualquer outra especificação social ou mesmo cultural.

De acordo com Kageyama (2004) apesar de a discussão sobre a definição de rural ser praticamente inesgotável, parece haver certo consenso sobre os alguns pontos:

- a) Rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola;
- b) O rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social);

- c) As áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal);
- d) Não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

Ainda que se possam usar tais considerações para se definir o que é rural, para que haja uma correta utilização dos dados disponíveis é necessário que seja usada a definição legal ou administrativa. Para o caso do Brasil, a delimitação do urbano e do rural está alicerçada na Lei do Perímetro Urbano, Decreto-Lei 311 de 1938, criada no Governo de Getúlio Vargas. De acordo com essa Lei, toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) são considerados como urbano, e o rural àquilo que não é urbano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota o critério político-administrativo no censo e na contagem da população.

A teorização sobre desenvolvimento rural ainda carece de uma disciplina específica, o que torna necessário que, por ora, se recorra a campos multidisciplinares de estudos rurais, como economia rural, demografia, geografia rural, etc. Ainda assim, o desenvolvimento das áreas rurais dificilmente consegue ser explicado por apenas uma ou duas destas disciplinas (TERLUIN, 2003). Assim, três enfoques podem ser identificados no estudo da ruralidade: o do desenvolvimento exógeno, endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro caso, identificam-se as políticas governamentais de modernização do campo a fim de estimular o desenvolvimento rural. No segundo caso, do desenvolvimento endógeno, este é estimulado por forças e agentes internos, ou seja, da região, com o exemplo típico temos os distritos industriais. Por último, podem ser consideradas a integração entre os dois tipos, que é uma congruência de forças exógenas e endógenas que são bastante distintas de região para região.

Portanto, considera-se que o conceito de desenvolvimento rural constitui uma análise diversificada.

O desenvolvimento rural não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão



econômica, dimensão sociocultural, dimensão político institucional e dimensão ambiental. (KAGEYAMA, 2008, p.52).

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio. As áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e ao longo desse processo, essas funções se modificam.

A modernização da agricultura, antes vista como paradigma está, aos poucos, sendo substituída pela idéia de desenvolvimento rural, com base na busca de novas políticas e medidas de aumento da renda e qualidade de vida da população das áreas rurais. Além disso, é buscado um novo modelo para o sistema rural, onde haja novos objetivos para as economias regionais, como produção de bens públicos, sinergias com o ecossistema local, pluriatividade das famílias rurais, etc (VAN DER PLOEG *et al*, 2000). A função produtiva antes restrita à agricultura passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e a conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora se inverteu, sendo necessário o desenvolvimento da infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagens, florestas e meio ambiente em geral (KAGEYAMA, 2008).

Para van der Ploeg (2000), o desenvolvimento rural passa a ser um processo “multi-nível”, “multi-atores” e “multifacetado”. O primeiro se refere ao desenvolvimento rural em nível global, como uma relação entre agricultura e sociedade, em nível setorial, com um novo modelo agrícola e em nível da unidade produtiva em si, onde podem e devem ser incorporados a pluratividade e o trabalho das famílias. A consideração de “multi-atores” representa as instituições envolvidas no processo, que são demasiadamente complexas; tem-se as famílias agrícolas, as firmas, o Estado e outras, que precisam se integrar para obter resultados relevantes. Por último, a interpretação de multifacetado incorpora aspectos antes renegados pelos teóricos deste ramo, como conservação da paisagem, do ecossistema, novas formas de administração, entre outros, que podem assumir papéis importantes através das novas interpretações.

A política agrícola europeia (PAC) deu um impulso na reorientação das considerações sobre o desenvolvimento rural e acabou por reconhecer os problemas causados pela agricultura intensiva e os potenciais do espaço rural. A Comissão Europeia, no período de transição entre as décadas de 1980 e 1990 chegou a “novos enfoques do desenvolvimento rural” (KAGEYAMA, 2004). Tais enfoques foram direcionados para o reconhecimento de que a modernização intensiva do processo produtivo agrícola leva a uma queda do emprego nestas áreas e a um êxodo rural; que as pessoas deveriam ser incentivadas a permanecerem nestas áreas; que estas mesmas áreas apresentavam potenciais inexplorados e até mesmo desconhecidos anteriormente e que a produção familiar não precisa ser abolida para que haja uma melhoria da qualidade e quantidade da produção, além da qualidade de vida das mesmas. Desta forma, a ruralidade começou a se mostrar fonte de inúmeras atividades sustentáveis em sentidos variados, com vantagens ambientais e econômicas; podendo ser competitiva e ainda instrumento de preservação ecológica. A agricultura, aos poucos, passa a ser cada vez menos a atividade motora de muitas áreas rurais, onde os trabalhadores estão empregados em outros setores.

Portanto, uma política de desenvolvimento rural se mostra cada vez mais como uma política multissetorial e que deve considerar aspectos territoriais específicos para potencializar este desenvolvimento, dadas as diversidades entre as zonas rurais de diferentes países e mesmo dentro do próprio país, ainda mais quando consideramos um país de dimensão continental como o Brasil.

Mesmo que os aspectos específicos de cada região devam ser decisivos no planejamento de políticas, as medidas devem visar principalmente à melhoria da qualidade de vida e a luta contra o isolamento (KAGEYAMA, 2004). Assim, o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico e o aspecto social, ou seja, aumentar a renda e garantir a estabilidade das famílias, além de alcançar um nível de vida socialmente aceitável; sem esquecer a trajetória deve perpassar por meios que diversifiquem as atividades produtivas e, portanto, as fontes de renda.

Se definições mais convincentes e compreensivas estão por vir, é essencial que o desenvolvimento rural seja reconhecido como um processo de vários níveis com raízes nas tradições históricas. A raiz desse desenvolvimento constitui-se na agricultura, porém uma

agricultura com bases renovadas, fundamentadas pelo esforço para reduzir a dependência do mercado de insumo externo, introdução de novas atividades que a permitem uma maior utilização de recursos internos, produção ambiental mais adequada, introdução de práticas de cooperação e pluriatividade, diversificação de produtos e busca de economias de escopo, maior controle sobre os processos de trabalho. Mesmo com esse processo centralizado na agricultura, um traço fundamental do desenvolvimento rural é a diversificação, com criação de novos produtos, novos serviços e novos mercados (VAN DER PLOEG, 2000).

### 3 BREVE HISTÓRICO DO RURAL BAIANO

#### 3.1 ANÁLISE HISTÓRICA

Na formação econômica do Brasil a agricultura sempre teve e compreendeu um papel de suma importância. Inicialmente grandes propriedades eram focadas em produção de monoculturas, a exploração da terra era elevada ao máximo e à medida que a produtividade das terras se reduzia, novas áreas eram incorporadas ao processo produtivo. Não existia a preocupação com o esgotamento da capacidade produtiva e tinha-se a idéia de que a expansão das terras era suficiente para suprir ao esse processo “destrutivo” de produção.

Ao analisar um breve histórico do rural baiano nota-se que o quadro apresentado não foi muito diferente, apresentando características similares ao quadro brasileiro, durante a sua formação, estruturação e desenvolvimento. Após 1930, um novo padrão de desenvolvimento assumiu baseado crescentemente nos setores urbanos e industriais da economia, o que refletiu na produção agropecuária, que redefiniu suas relações, assumindo novos vínculos no mercado interno. A partir da década de 1950, o setor agropecuário passou a constituir um importante mercado para os produtos industrializados, primeiramente apenas para os bens de consumo, e depois também para os bens de produção (BRITO, 2004).

O avanço da industrialização do campo no país permitiu um enriquecimento relativo generalizado da agricultura industrializada e um empobrecimento da tradicional. Até o final dos anos 1970, a política agrícola foi assentada no sistema de crédito rural subsidiado e nos incentivos fiscais, no entanto, não se estendia facilmente a todos os agricultores, os proprietários de grandes propriedades tiveram acesso a esse crédito enquanto que os pequenos agricultores que não dispunham de garantias, acabavam sem oportunidade de ter acesso a este. Assim, foi facilitado o desenvolvimento e industrialização apenas do latifundiário e não do pequeno produtor. Para Britto (2004), essa política de crédito rural, não só estimulou a modernização agrícola, como também favoreceu a integração de capitais, resultando no estímulo ao processo de concentração de terras e centralização de capitais.

Há uma ruptura no processo produtivo da agricultura, após a concretização do processo de “modernização” da agricultura, observa-se que as mudanças que foram implementadas e

da forma que foram implementadas fizeram com que a agricultura dificilmente retorne aos padrões vigentes no modelo anterior. Isso deu um início a um novo tipo de mão-de-obra sendo mais comumente empregada no campo, que foi a assalariada. Uma das vertentes desse novo tipo de produção foi a utilização de mão-de-obra por um tempo determinado sempre ao desejo do produtor e detentor do capital.

Couto Filho (2003) faz uma análise sobre essa nova relação recém surgida, a luz das relações entre o produtor rural capitalista e pequenos agricultores, que também tem suas próprias explorações agropecuárias de subsistência, mas que, em via das circunstâncias, submetem-se ao assalariamento temporário. Os ganhos para o produtor de maior porte são muito grandes, uma vez que, ultrapassada a necessidade da mão-de-obra, ele não arcará com o ônus da subsistência do trabalhador. Por outro lado, o empregado é praticamente obrigado a se submeter a essa situação uma vez que necessita dessa renda para o seu sustento e de sua família, e que não encontra nenhuma outra forma de subsistência.

Vale salientar, apesar de não ser o principal ponto de análise desse trabalho, que esse processo também contribuiu para a intensificação das desigualdades regionais no país, que se iniciou com a instalação do complexo cafeeiro em São Paulo. A modernização agrícola concentrou-se nas regiões mais capitalizadas, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana-de-açúcar, deixando à margem regiões mais pobres, Norte e Nordeste, onde predominam os pequenos produtores e a policultura alimentar. Isso foi de extrema influência para forma como se desenvolveu o sistema agrícola brasileiro e baiano.

Apesar de o processo de desenvolvimento da agricultura baiana ter ocorrido de forma semelhante ao brasileiro, o ritmo e a intensidade foram diferenciados causando certas discrepâncias na comparação. A transição para a agricultura dita moderna ocorreu principalmente nos últimos decênios, evidenciando o processo de modernização de algumas regiões do Estado, enquanto outras continuavam produzindo de forma tida como tradicional.

Algumas regiões do Estado, sobretudo o semi-árido, não experimentaram uma significativa “modernização” da agricultura e o seu conseqüente desenvolvimento. Nessas áreas, a produção agrícola continuou com pouco uso de insumos denominados de modernos,

produzindo basicamente para o autoconsumo e para o mercado interno, configurando-se em áreas de baixa competitividade.

Com a expansão do processo de modernização esse quadro modificou-se um pouco, a agricultura baiana, apesar de não acompanhar o desenvolvimento de outras regiões do País, passou por significativas mudanças com o dinamismo de algumas áreas que se expandiram nos últimos decênios, principalmente aquelas onde se instalaram os processos produtivos “modernos”. Nestas áreas fomentou-se o crescimento da produção agrícola com práticas tecnificadas de manejo, mecanização e/ou irrigação, intimamente ligada com a agroindústria (SEI, 2001). O cenário aí descrito é marcado por uma agricultura especializada, como a produção de grãos no Oeste do Estado e a fruticultura irrigada na região do Vale do São Francisco (SANTOS,2011).

Focando a análise no estado da Bahia e em um período mais recente, entre 1985 e 1996, o rural baiano passou por diversas transformações. Segundo Couto Filho (2004), esta transformação caracteriza-se pela mudança no modelo de produção rural. Percebe-se uma intensificação na utilização de máquinas e equipamentos agropecuários, além de uma intensificação da produção, mas também a queda da área ocupada, devido ao aumento da utilização da terra para fins especulativos.

A agricultura baiana sempre foi marcada por duas grandes características: a dependência de poucas culturas – chamadas tradicionais – para a formação do PIB do setor; e a forte variação da produção ano a ano, decorrente, principalmente, da instabilidade climática e da baixa utilização das técnicas ditas modernas. (CARVALHO JUNIOR *et al*, 1999, p. 25)

Esse quadro tradicional, no entanto, passa por transformações representadas pelo processo de diversificação da produção, que combina dois movimentos básicos: a consolidação da crise dos produtos tradicionais e o surgimento de uma agricultura moderna. (COUTO FILHO, 2004, p. 841)

Apesar de diversas mudanças que ocorreram ao longo da história do rural brasileiro, e estes podem ser relacionados com as mudanças ocorridas no estado, dois importantes traços sofreram pouca alteração.

As condições e relações de produção residem, de um lado, na alta concentração da estrutura fundiária, e de outro na dicotomia, entre a grande

maioria de pequenos estabelecimentos e uma minoria de estabelecimentos de grande porte, que ocupam a maior parte das áreas disponíveis. (SZMRECSÁNYI, 1996, p. 83).

Esse quadro, que caracteriza não apenas a Bahia, expressa a principal característica, responsável pelo panorama do rural de todo Brasil. Essas áreas, de pequenos estabelecimentos, representadas pelos minifúndios, são basicamente constituídas de agricultura familiar, enquanto que as áreas de grande porte, os latifúndios, são áreas de agricultura patronal.

As áreas de lavoura dos minifúndios ocupam uma proporção muito maior que as áreas de latifúndio, tanto no que se refere às lavouras temporárias como as lavouras permanentes. (SZMRECSÁNYI, 1996, p. 86). As áreas de agricultura familiar caracterizam-se pela produção diversificada das culturas e direcionada principalmente para a produção de alimentos visando autoconsumo ou o mercado interno. Os latifúndios estruturam sua produção basicamente para *commodities* exportáveis. No entanto,

Os latifúndios do Brasil têm se caracterizado, pela grande apropriação das terras para fins não produtivos ou pouco produtivos e pela preferência, entre os fins lucrativos, por áreas de reflorestamento, ou quando muito, de pastagens plantadas, em vez de lavouras permanentes ou temporárias. (SZMRECSÁNYI, 1996, p. 87)

Entre os fins não produtivos destaca-se a utilização das terras como reserva de valor que se constitui numa prática comum entre os grandes proprietários, que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se valorizem por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas. Além disso, outras atividades que antes eram executadas apenas em caráter residual, também passam a fazer parte da ocupação nas áreas rurais: lazer, prestação de serviços e turismo.

### 3.2 ESTRUTURA ATUAL

Para realizar a análise da atual estrutura do Estado foram utilizados os dados do IBGE, comparando os anos de 1996 e 2006, no caso da estrutura fundiária e pessoal ocupado e a análise econômica foi realizada para 2008. Optou-se por esse procedimento, por se considerar que a melhor maneira de compreender as características da Bahia. Vale salientar que a análise dos dados por ser feita de forma agregada, não permite uma compreensão das características peculiares das regiões da Bahia.

Na tabela 1, pode-se observar como se caracteriza a estrutura fundiária do Estado. Percebe-se que o número de estabelecimentos entre 1995 e 2006 cresceu 8,93%, isso ocorreu principalmente devido à expansão da fronteira agrícola no Estado, ocupando regiões que ainda não eram ocupadas, processo que vem arrefecendo nos últimos anos. A área total por outro lado, sofreu uma pequena redução de 2,22%, assim como o pessoal ocupado que diminuiu 7,28%, esse processo pode ser justificado pelo crescimento do número de tratores utilizados, na ordem de 8,27% entre 1996 e 2006<sup>1</sup>.

Tabela 1 - Número e taxa de crescimento dos estabelecimentos, área, e pessoas ocupadas e tratores, Bahia 1995 a 2006

Dados estruturais	Absolutos		Taxa de crescimento (%)
	1995	2006	1995/2006
<b>Estabelecimentos</b>	699.126	761.528	8,93
<b>Área total (ha)</b>	29.842.900	29.180.559	-2,22
<b>Pessoal ocupado</b>	2.508.590	2.325.984	-7,28
<b>Tratores</b>	25.443	27.546	8,27

Fonte: IBGE, 2006. Elaborado por Santos (2011).

Assim podemos perceber como o processo de tecnificação, que vem ocorrendo de forma contínua desde o processo de modernização agrícola, bloqueou a incorporação de um maior número de trabalhadores, mesmo com o processo de expansão da fronteira agrícola que incorporou novas áreas que até então não eram utilizadas na produção.

Na Tabela 2, percebe-se como estão distribuídos os estabelecimentos e a área total segundo grupo de área. Observa-se que poucas mudanças ocorreram entre 1996 e 2006 e que a maior parte dos estabelecimentos concentra-se na categoria de até 10 hectares, ocupando, no entanto uma área mínima. Por outro lado, a partir de 100 hectares ocupam um pequeno número de estabelecimentos e corresponde a mais de metade da área total. Esse quadro expõe a alto grau de concentração que existe no rural baiano.

<sup>1</sup> O estudo Evolução histórica do setor rural baiano: uma análise de indicadores de autoria de Laiana Carolina Silva Santos, assim como esta monografia, fazem parte do de pesquisa “A questão agrícola e agrária no estado da Bahia – reflexos na estrutura produtiva”.



Tabela 2 – Estabelecimentos agropecuários e área total por grupo de área, em percentual, Bahia, 1995 e 2006

<b>Categoria e Indicadores por há</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
<b>Até 10</b>		
nº de estabelecimentos	57,48	59,85
soma das áreas totais	4,60	4,69
<b>De 10 a 100</b>		
nº de estabelecimentos	36,02	34,74
soma das áreas totais	25,25	26,74
<b>De 100 a 1000</b>		
nº de estabelecimentos	5,99	4,97
soma das áreas totais	35,61	32,96
<b>Mais de 1000</b>		
nº de estabelecimentos	0,51	0,45
soma das áreas totais	34,54	35,61

Fonte: IBGE, 1995, 2006. Elaborado por Santos (2011).

Na Tabela 3, observa-se como se distribui a mão de obra por grupo de área total. De forma geral percebe-se que essa distribuição não sofreu muitas mudanças. Na medida em que os extratos de área vão aumentando há uma diminuição no grau de ocupação. Nas áreas de até 10 hectares, ocuparam em 2006, metade de toda a mão de obra rural. Esse dado confirma a idéia de que a maior parte da população ocupada no campo se concentra na agricultura familiar. No outro extremo, as áreas de 100 a 1000 hectares e mais de 1.000 hectares, que representam os grandes latifúndios de patronal, ocupam juntas apenas 10,74% do pessoal ocupado.

Tabela 3- Pessoal ocupado por grupos de área total (%), 1995 a 2006

<b>Hectares</b>	<b>1995</b>	<b>2006*</b>
<b>Até 10</b>	50,29	50,53
<b>De 10 a 100</b>	38,66	36,60
<b>De 100 a 1000</b>	9,28	8,44
<b>Mais de 1000</b>	1,75	2,30

\* 2,13% do pessoal ocupado referes-se a produtores sem área

Fonte: IBGE, 1995, 2006. Elaborado por Santos (2011).

A Tabela 4 mostra as transformações que ocorreram no padrão de utilização das terras, mostrando exatamente a distribuição produtiva do setor agrícola. Observa-se que as áreas de totais de lavoura cresceram 33,31% entre 1995 e 2006, com um aumento de 125,05% das lavouras temporárias e 37,69% das permanentes. Observa-se que esse crescimento das áreas

totais de lavoura refletiu num aumento da participação relativa desta no uso total das terras, enquanto em 1995 ocupava 13,03% da área total em 2006 ocupava 17,77%. Vale salientar que, em termos relativos, o percentual de áreas de lavoura permanente quase não se alterou, passando de 4,52% em 1996 para 5,78% em 2006, enquanto que de lavouras temporárias obteve um crescimento mais relevante, esta representava em 1996, 8,51% da área total, enquanto em 2006, eram 11,99%. Esse crescimento da lavoura temporária ocorreu principalmente no Oeste baiano, com produtos como a soja, milho e algodão, produtos que vem assumindo um papel central dentro da economia baiana.

Tabela 4 – Número e taxa de crescimento das áreas ocupadas das atividades agrícolas e participação percentual das atividades agrícolas na área total, Bahia, 1995 a 2006

<b>Dados estruturais</b>	<b>Absoluto</b>		<b>Taxa de crescimento (%)</b>	<b>% das atividades agrícolas na área total</b>	
	<b>1995</b>	<b>2006</b>		<b>1995</b>	<b>2006</b>
<b>Área total (ha)</b>	29.842.900	29.180.559	-2,22		
<b>Utilização das terras (ha)</b>					
<b>Lavouras permanentes</b>	1.348.743	1.686.553	25,05	4,52	5,78
<b>Lavouras temporárias</b>	2.541.086	3.498.815	37,69	8,51	11,99
<b>Lavoura total</b>	3.889.829	5.185.368	33,31	13,03	17,77
<b>Pastagens naturais</b>	7.836.814	5.126.787	-34,58	26,26	17,57
<b>Pastagens plantadas</b>	6.652.955	7.707.514	15,85	22,29	26,41
<b>Matas naturais</b>	6.839.132	9.817.732	43,55	22,92	33,64
<b>Matas plantadas</b>	297.429	264.265	-11,15	1	0,91

Fonte: IBGE, 2006. Elaborado por Santos (2011).

As pastagens naturais<sup>2</sup> apresentaram uma queda de 34,58% entre 1996 e 2006. Essa redução, também pode ser percebida na diminuição da sua participação relativa na utilização total das terras, perdendo importância dentro da distribuição do uso da terra no Estado. As áreas de pastagens plantadas<sup>3</sup> aumentaram entre 1995 e 2006, crescimento este que também pode ser visto no aumento da sua participação relativa na utilização total das terras, em 1996 era 22,29% e em 2006 era de 26,41%.

No que tange as áreas de matas naturais<sup>4</sup> observa-se que houve um expressivo crescimento, entre 1970 e 2006, passando de uma área de 6.839.132 para 9.817.732 hectares, o que

<sup>2</sup> Segundo o IBGE (1996), pastagens naturais constituem áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante o plantio, ainda que tenham recebido algum trato.

<sup>3</sup> Segundo o IBGE (1996) abrangem as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.

<sup>4</sup> Segundo o IBGE (1996), são formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.

representou um aumento de 43,55% situação confirmada pela participação relativa desta na área total, que passou de 22,92% para 33,64%. Já as áreas de matas plantadas<sup>5</sup> reduziu-se entre 1996 e 2006, em 11,15%. Mas é importante ressaltar que, apesar do crescimento expressivo, sua participação no total de uso, que era reduzido, assim permaneceu devido ao maior crescimento percentual das demais atividades.

Assim, de maneira geral observa-se que ocorreram mudanças significativas em todo o setor rural do Estado. Afetado principalmente pelo processo de “modernização” agrícola que ocorreu em todo o país, o campo baiano passou por um processo de tecnificação com concentração das terras e expulsão dos trabalhadores do campo, que refletiram na constituição da estrutura atual.

---

<sup>5</sup> Segundo IBGE (1996), Compreenderam as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.) incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

#### 4 METODOLOGIA

A metodologia desse estudo toma como medida uma análise de índices baseada no estudo de Kageyama (2004). Esse estudo compreendeu a construção de índices de forma categorizada, utilizando-se de dados secundários para todo o estado de São Paulo. Propõe-se esse estudo para o Estado da Bahia. Para tanto, são utilizados os dados secundários da base de dados do IBGE e da SEI.

O Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE, lançado em 1991, estabeleceu três etapas para a geração de indicadores de desenvolvimento rural. O primeiro deles estabelece um esquema territorial para a coleta de dados em nível interno nos diversos países-membros, que permitiu classificar as regiões em três tipos (predominantemente rurais, predominantemente urbanizadas, e significativamente rurais). A densidade populacional é o indicador básico que define as unidades territoriais rurais e urbanas e permite classificar as regiões. Em seguida, é definido um conjunto de indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais. Por último são produzidas as séries estatísticas que permitem comparar e analisar as tendências do desenvolvimento rural (OECD, 1996).

Neste caso foi selecionado um conjunto de indicadores, que são divididos em quatro instâncias: fatores condicionantes do desenvolvimento, de caracterização do desenvolvimento, e de seus efeitos econômicos e sociais. Esses indicadores foram selecionados com base no estudo de Kageyama (2004), e foram adaptados conforme disponibilidade da base de dados disponíveis para a Bahia. Essas variáveis foram agrupadas de forma a criar um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) que, como o próprio nome sugere, poderá ser utilizado para classificar municípios de acordo com o seu grau de desenvolvimento rural.

A análise da Bahia requer um enfoque espacial desagregado, visto a diversidade de suas regiões. Os municípios foram analisados a partir de seu perfil em relação aos indicadores selecionados. Buscou-se analisar em termos de municípios e de territórios de identidade<sup>6</sup>, uma vez que, o Estado da Bahia vem conformando suas políticas públicas de acordo com este recorte regional.

---

<sup>6</sup> Entende-se que a Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) é mais do que simplesmente uma regionalização, mas para este estudo a espacialização dos territórios será referenciada para apoiar a análise dos indicadores propostos.

Antes de apresentar o índice, é preciso esclarecer que não se está advogando que a medida proposta seja a única possível e muito menos a ideal, mesmo porque, com os mesmos dados outros índices poderiam ser gerados, alterando os pesos dos componentes ou arbitrando de forma diversa os limites propostos; trata-se apenas de um exemplo possível de medida, a partir das estatísticas disponíveis. E ainda que tenha sido o exemplo selecionado, contém várias imperfeições que podem vir a ser atenuadas pela melhoria das estatísticas existentes e pela disponibilização de novos dados (sobretudo os indicadores de meio ambiente), bem como pela melhor escolha de indicadores básicos (KAGEYAMA, 2004).

Para construir o IDR, foram calculados quatro índices parciais representando os quatro aspectos antes apontados. Cada um desses índices parciais é composto pela média aritmética de indicadores simples, que estão resumidos nos quadros abaixo. O IDR, por sua vez, é a média aritmética dos quatro índices parciais.

$$IDR = (IPOP + IBES + IECO + IMA) / 4 \quad (1)$$

Onde se tem que:

IDR – Índice de Desenvolvimento Rural

IPOP – Índice Populacional

IBES – Índice de Bem Estar Social

IECO – Índice de Desempenho Econômico

IMA – Índice de Meio Ambiente

A seguir é feito o detalhamento e explicação dos índices que compõem o IDR. É importante salientar que cada um dos índices parciais é formado por algumas variáveis que podem ou não ser adaptadas. A padronização das mesmas, quando necessária, consiste em fazer uma transformação algébrica para que o índice varie no intervalo de zero a um. O índice parcial então é calculado pela média aritmética simples dessas variáveis padronizadas ou não. Foram feitas também adaptações específicas que vão ser detalhadamente explicadas no próximo tópico.

Segundo Kageyama (2004), os componentes do IPOP procuram medir o dinamismo populacional que deveria favorecer o desenvolvimento rural. Em linhas gerais, quanto maior a densidade demográfica, menor o isolamento das áreas rurais e maiores as oportunidades de estabelecimento de redes sociais; quanto maior a população rural, maior a capacidade da área rural de reter população; quanto maior a proporção de pessoas que vieram de outros municípios, maior a capacidade de atração que aquele município exerce na região.

Quadro 1 - Variáveis selecionadas no cálculo do IPOP

Índices	Descrição da Variável	Cálculo	Fonte
Índice Populacional IPOP= (a+b+c)/3	Densidade Demográfica(a)	Proporção de Habitantes por km <sup>2</sup>	IBGE (2010)
	População Rural(b)	Total de habitante Rurais por município	IBGE (2010)
	Proporção de População rural no município( c)	Percentual de habitantes rurais por município	IBGE (2010)

Fonte: Adaptado de KAGEYAMA, 2004

Enquanto o IPOP é composto por variáveis relativas ao município como um todo, o IBES refere-se mais à situação de bem-estar nos domicílios rurais. Nele estão incluídos índices capazes de refletir a condição social dos indivíduos, como taxa de alfabetização e número de docentes por habitante, além do nível de pobreza do município e de um índice de referência, o Firjan, inclui também a proporção das áreas entre agricultura familiar e patronal.

Quadro 2 - Variáveis selecionadas no cálculo do IBES

Índices	Descrição da Variável	Cálculo	Fonte
Índice bem-estar social (IBES) = $(d+e+f+g+h)/5$	% de não Pobres(d)	Proporção de não pobres na população total	IBGE (2003)
	Taxa de Alfabetização(e)	Proporção de indivíduos alfabetizados na população total	Atlas (2000)
	Agricultura Familiar/Agricultura Patronal(f)	Área de agricultura família por área de agricultura patronal	IBGE (2006)
	IFDM 2007(g)	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	Firjan (2007)
	Docentes por habitante(h)	Proporção entre o número de docentes de ensino fundamental e médio e o número de habitantes(padronizado)	IBGE (2009)

Fonte: Adaptado de KAGEYAMA, 2004

O IECO tenta traduzir o nível de desenvolvimento econômico do município, trazendo indicadores tradicionais que refletem o valor do setor agropecuário no município, o nível de concentração das terras, o nível da mão de obra local e as possibilidades de trabalho no município sendo ele somente agrícola ou oferecendo outras possibilidades ao trabalhador.

Quadro 3 - Variáveis selecionadas no cálculo do IECO

Índices	Descrição da Variável	Cálculo	Fonte
Índice de desempenho econômico (IECO) = $(i+j+k+l)/5$	PIB Agropecuário por Município(%) (i)	Proporção do PIB advindo de atividades agropecuárias	IBGE(2006)
	Índice de Gini(j)	Índice de concentração de terra	Geografar(2006)
	Produtividade do trabalho na agricultura(k)	Valor da produção agropecuária pelo número de pessoas ocupadas	SEI(2006)/IBGE(2006)
	Indicador de Pluriatividade	Proporção de domicílios com atividades não exclusivamente agrícolas	IBGE(2006)

Fonte: Adaptado de KAGEYAMA, 2004

O ultimo, mas não menos importante índice, o IMA, destaca as variáveis relevantes para o desenvolvimento rural no âmbito das questões que envolvem a preservação e conservação ambiental. Nas regiões onde predomina o uso de agrotóxicos e o mau uso do solo, infere-se que há maior degradação do solo, implicando em riscos ao meio ambiente, o que indica valores do IMA mais próximos de zero. Por outro lado, valores próximos a um, significam diversificação agrícolas e impactos ambientais locais menores.

Quadro 4 - Variáveis selecionadas no cálculo do IMA

Índices	Descrição da Variável	Cálculo	Fonte
Índice de Meio Ambiente (IMA) = $(m+n)/2$	Uso de Agrotóxico(m)	Proporção de estabelecimentos que fazem uso de agrotóxicos	IBGE (2006)
	Conservação do solo(n)	Razão entre o total de estabelecimento que adota práticas de conservação do solo pelo total de estabelecimentos agropecuários	Elaborada a partir do IBGE (2006)

Fonte: Adaptado de KAGEYAMA, 2004

Estes quatro índices serão utilizados para compor o IDR e todos são responsáveis pela mesma fatia percentual na formação do mesmo. As variáveis escolhidas tentam cobrir os diversos âmbitos que contribuem para o desenvolvimento, e sempre que possível fazendo referência somente à parte considerada rural do município.

#### 4.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para o melhor entendimento do trabalho é necessário uma explicação das variáveis que compõem cada um dos índices, a sua relação com o IDR e como foi feita a sua adaptação para melhor representar o cenário do desenvolvimento na Bahia.

No IPOP foram utilizadas três variáveis, densidade demográfica, população rural em números absolutos e em sua comparação com a população total do município. A variável de densidade demográfica foi padronizada de acordo com o método de Kageyama(2004) onde é feita uma transformação, que é o quociente (valor da variável – mínimo)/(máximo – mínimo). Nesse



caso específico o valor maior e menor eram muito distantes da média e causavam uma discrepância no resultado, foi então estipulado um novo maior (ou menor) que era o resultado da soma do desvio padrão das variáveis com a média das mesmas. Após essa padronização foi efetuado o cálculo, e os valores encontrados que eram acima de um foram considerados como sendo iguais a unidade.

A população rural em números absolutos também foi padronizada da mesma forma descrita acima, porém o valor substituído foi o menor, com esse novo valor menor foi feita a padronização da variável e valores negativos foram desconsiderados. A participação relativa utilizada em valor percentual e utilizada no cálculo com o seu valor decimal. As três variáveis possuem relação positiva com o IPOP, ou seja, quanto maior seus valores melhor sua relação com o índice.

Ao fazer o cálculo do IBES, tentou-se incluir variáveis que fossem capazes de retratar o bem-estar da população e a sua qualidade de vida. Neste sentido, utilizou-se o índice de pobreza que é apresentado em percentual, e para haver uma relação positiva com o IBES ele foi invertido, passando a ser um índice de não pobres. A segunda variável foi a taxa de alfabetização que é concebida em percentual tendo sido utilizada em valor decimal.

O terceiro índice, de elaboração própria, se refere ao tamanho das áreas de agricultura familiar em relação às áreas de agricultura patronal padronizado. Outro índice utilizado foi o número de docente por habitante, que foi obtido através do cálculo da proporção entre docentes e habitantes em cada município, o índice apresentava um valor muito baixo, o que era de se esperar já que foi dividido o número de docentes pelo número de habitantes total e não por alunos, dessa forma, também foi feita uma padronização para que a variável pudesse expressar um valor mais condizente com o índice. Observa-se que alguns destes índices não foram encontrados exclusivamente para a área rural, tendo sido utilizados, neste caso, os seus valores totais.

O último indicador utilizado foi o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que é baseado em indicadores de emprego e renda, educação e saúde, ele é muito útil na formulação do IBES, já que considera fatores essenciais ao bem-estar da população do município. O IFDM foi utilizado em substituição ao IDHM, cuja disponibilidade era para o ano de 2000.

Assim como todos os outros indicadores utilizados, excetuando a taxa de pobreza, ele possui uma relação positiva com o IBES não sendo necessária nenhuma alteração.

O terceiro índice parcial a ser calculado é o IECO, que busca demonstrar a situação econômica do município, o primeiro indicador utilizado é a divisão do PIB agropecuário pelo PIB total do município, revelando uma proporção que é utilizada de forma positiva na composição do índice. Outro é o de pluriatividade, que demonstra a possibilidade econômica do município de oferecer outras fontes de renda além da agricultura ele foi calculado através da divisão de estabelecimentos que apresentavam atividades não agropecuárias ou mistas, pelo número total de estabelecimentos. Sua relação também é direta com o indicador geral.

Foi também calculada a produtividade dos trabalhadores, através da relação do valor da produção por hectare pelo número de pessoas ocupadas na área rural por município, esse indicador tem intenção também de mostrar o nível de tecnificação do município, já que claramente o maior valor demonstra uma maior tecnologia agrícola. Este índice precisou de padronização específica por haver grande discrepância entre os valores máximos e mínimos..

O último indicador utilizado na composição foi o índice de Gini<sup>7</sup>, que é muito útil para medir a concentração de terras no município, como ele é inversamente relacionado com o índice parcial foi feita a sua inversão para um encaixe na metodologia.

Para a composição do IMA foram utilizados dois indicadores. O de uso de agrotóxicos foi calculado utilizando a relação entre o número de estabelecimento que não o usam pelo número de estabelecimentos totais havendo uma relação positiva entre ele e o índice parcial. Já para o índice de conservação do solo foram calculados os estabelecimentos que não praticam atos de conservação do solo e que praticam queimadas, após essa seleção foi feita a divisão pelo número total de estabelecimento, ao fazer isso foi encontrado o índice de má conservação do solo. Feita a inversão encontra-se o índice de conservação do solo, que foi aqui utilizado.

---

<sup>7</sup> De todos os municípios, em cinco deles, Salvador, Madre de Deus, Salinas de Margarida, Saubara e Teolândia, não foi possível calcular para 2006, neste caso, utilizou-se o índice de 1996.

## 5 ANALISES E RESULTADOS

Os resultados encontrados podem ser classificados de diversas formas, no entanto, para a melhor compreensão dos dados e análise dos resultados optou-se por um recorte de território identidade, que pode ser comparada com um enfoque desagregado visto que, a análise de forma desagregada dos resultados envolveria um estudo mais elaborado dos municípios o que fugiria ao escopo do proposto nesse trabalho.

Antes de discutir os resultados, é preciso não perder de vista a premissa em que se baseia o índice, que é segundo Kageyama (2004) de que o desenvolvimento rural não é a melhoria de apenas uma das dimensões de análise, como por exemplo, a elevação de renda ou a melhoria da infra-estrutura doméstica, nem somente um setor rural mais dinâmico. O índice tem por objetivo contemplar todos esses aspectos e, por isto, nem sempre a expectativa que se possa ter a respeito da classificação de um determinado espaço físico é cumprida

Outro fator importante é que a maioria dos indicadores utilizados na composição dos índices parciais é relativa, ou seja, o IDR não tem a intenção de medir o grau de importância do município ou do território para o Estado e nem o quanto ele contribuiu, em termos do setor rural, para a economia do mesmo. Ele tenta dar um valor de acordo com as características previamente descritas que pode ser utilizada de diversas formas.

São apresentadas na Tabela 5 algumas estatísticas descritivas que servem como base para a avaliação global dos valores do IDR. É possível notar que o IDR apresentou resultados que variaram de 0,550 (Madre de Deus) a 0,238 (Irecê). Na média este valor esteve em 0,40 com pequena dispersão. Este indicador é composto da média aritmética dos demais, portanto, uma análise destes é bastante relevante para verificar seus efeitos sobre o IDR.

Tabela 5 - Valores Máximos, Mínimos, Médios e Desvio padrão, dos índices parciais e do IDR

	IDR	IPOP	IBES	IECO	IMA
Valor Máximo	0,5500	0,7760	0,6448	0,6392	1,0000
Valor Mínimo	0,2038	0,0238	0,2418	0,1549	0,1706
Média	0,4006	0,2515	0,4298	0,3052	0,6160
Desvio Padrão	0,0463	0,1039	0,0528	0,1052	0,1128

Fonte: Elaboração própria, 2011

Verifica-se que há uma variação relevante entre os valores máximos e mínimos dos indicadores parciais. Apesar dessa diferença os desvios padrão apontados não apresentaram valor muito alto, sendo que, aquele indicador com maior desvio padrão foi o IMA, de 0,1128, e aquele com menor desvio padrão foi IBES, 0,0528.

Um exemplo típico é justamente a cidade que possui o maior índice. Madre de Deus que não apresenta nenhum destaque na agricultura baiana e não se tem um grande desenvolvimento no local, porém por apresentar apenas um estabelecimento agrícola ela foi muito bem, principalmente no indicador IMA alcançando o valor máximo permitido, já que nesse estabelecimento não utilizava agrotóxicos e praticava a conservação do solo. Esse tipo de viés não invalida a utilização do índice, apenas cria uma ressalva numa análise simplória por município.

A Tabela 6 apresenta os valores do IDR encontrados por quartis de forma a classificar os municípios com o objetivo de categorizá-los e sintetizá-los espacialmente. Essa classificação coloca 25% dos municípios em cada extremo e 50 % em uma faixa intermediária. Com isso, tem-se que os municípios que apresentaram o IDR com valor abaixo de 0,3708 que são considerados de desenvolvimento rural crítico, aqueles com valores intermediários, de 0,3708 a 0,4296 que apontam municípios em situação considerada regular, e passam a ser considerados de bom desenvolvimento municípios que apresentaram o IDR acima de 0,4296.

Tabela 6 - Classificação do Índice de Desenvolvimento Rural em Quartis por município

Quartil	IDR	Desenvolvimento Rural
1°	Valor $\leq$ 0,3708	Crítico
2°	0,3708 < valor $\leq$ 0,4296	Regular
3°	Valor > 0,4296	Bom

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Com essa categorização é possível se ter uma noção, por exemplo, da população rural residente em cada uma dessas faixas de classificação, já era esperado que municípios com maior desenvolvimento agrupassem um percentil maior da população já que a mesma é considerada no cálculo do índice. Nota-se que municípios que apresentam situação boa de desenvolvimento possuem apenas pouco menos de um terço da população rural do estado, ou

seja, mais de 66% dos moradores da zona rural se encontram em uma situação regular ou crítica de desenvolvimento (Tabela 7).

Tabela 7 - População rural residente nos municípios baianos segundo o nível do IDR

IDR	Numero de Municípios	População Rural	% Pop. Rural
Crítico	104	779.340	19,90%
Regular	209	1.880.195	48,01%
Bom	104	1.256.679	32,09%

Fonte: Elaboração Própria, 2011.

Também é interessante fazer uma análise do PIB agropecuário, o que pode ser visto na Tabela 8. Observa-se que os municípios que apresentam nível de IDR crítico, representam apenas 13,78% do PIB agropecuário, enquanto os municípios de IDR bom correspondem 45,27% do PIB agropecuário, e o IDR regular 40,94%. Esses dados mostram que os municípios que estão no terceiro quartil do IDR e são classificadas como bom, ocupam uma posição melhor dentro da economia do Estado. Mesmo tendo metade do número de municípios que se encontram em situação regular, eles concentram quase 50% a mais de renda, o que demonstra uma característica baiana e brasileira, que é a má distribuição e geração de renda no estado e país.

Tabela 8 - PIB Agropecuário nos municípios baianos segundo o nível do IDR

IDR	Numero de Municípios	PIB Agropecuário Total	% PIB Agropecuário
Crítico	104	895	13,78%
Regular	209	2.658	40,94%
Bom	104	2.939	45,27%

Fonte: Elaboração Própria, 2011.

A tabela 9 utiliza-se da mesma divisão por quartil para ressaltar o número e o percentual dos municípios baianos que possuem maior área de agricultura familiar do que de agricultura patronal. Não é possível notar uma relação específica entre o desenvolvimento e o número de municípios, mas fica salientado que, percentualmente, a maioria está presente em um nível de desenvolvimento bom. Sendo que dos 104 municípios que se encontram nessa situação, 40, ou 38,46%, possuem áreas de agricultura familiar maiores que as de agricultura patronal.

Tabela 9 - Municípios com maior área de agricultura familiar segundo o nível do IDR

IDR	Numero de Municípios	Municípios com área de agricultura familiar maior do que patronal	% Correspondente
Critico	104	34	32,69%
Regular	209	57	27,27%
Bom	104	40	38,46%

Fonte: Elaboração Própria

Com intuito de facilitar a análise, viabilizar um enfoque em todo o estado, o IDR pode ser agrupado por território identidade, tendo seus valores expostos abaixo na Tabela 10.

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Rural, Índice de População, Índice de Bem Estar Social, Índice Econômico, Índice de Meio-Ambiente, Territórios de Identidade, Bahia

Territórios	IDR	IPOP	IBES	IECO	IMA
Agreste de Alagoinhas	0,4064	0,3016	0,4124	0,2809	0,6307
Bacia do Jacuípe	0,3851	0,2195	0,4515	0,2329	0,6366
Bacia do Paramirim	0,4115	0,2384	0,5251	0,2488	0,6338
Bacia do Rio Corrente	0,3954	0,2034	0,4302	0,2981	0,6499
Baixo Sul	0,3993	0,2947	0,3797	0,3558	0,5669
Chapada Diamantina	0,4070	0,2331	0,4590	0,3098	0,6261
Extremo Sul	0,4243	0,2206	0,4009	0,4856	0,5901
Irecê	0,3940	0,2297	0,4487	0,2397	0,6579
Itaparica	0,3739	0,2263	0,4845	0,2232	0,5617
Itapetinga	0,3632	0,1938	0,3796	0,3099	0,5696
Litoral Sul	0,4121	0,2431	0,3807	0,4168	0,6079
Médio Rio das Contas	0,3966	0,2190	0,3881	0,4238	0,5557
Metropolitano de Salvador	0,4581	0,4331	0,3941	0,3672	0,6382
Oeste Baiano	0,3871	0,1581	0,4277	0,3452	0,6175
Piemonte da Diamantina	0,4221	0,2509	0,4202	0,2827	0,7344
Piemonte do Paraguaçu	0,3737	0,1914	0,4000	0,2562	0,6473
Piemonte Norte do Itapicuru	0,3981	0,2533	0,4337	0,2483	0,6569
Portal do Sertão	0,4281	0,3244	0,4445	0,2740	0,6696
Recôncavo	0,4139	0,3234	0,4374	0,2742	0,6205
Semi-Árido Nordeste II	0,4066	0,2861	0,4302	0,2295	0,6806
Sertão do São Francisco	0,4051	0,2365	0,4332	0,3419	0,6089
Sertão Produtivo	0,3652	0,2415	0,4799	0,2408	0,4986
Sisal	0,4188	0,3121	0,4588	0,2470	0,6574
Vale do Jequiçá	0,3879	0,2154	0,4153	0,3102	0,6106
Velho Chico	0,3778	0,2535	0,4452	0,2685	0,5438
Vitória da Conquista	0,3938	0,2266	0,4607	0,2891	0,5989

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Em termos estatísticos, verifica-se, como previsto, que a variância entre o valor máximo e o mínimo são ainda menores conseqüentemente o desvio padrão também, ou seja, qualquer diferença mínima nos valores dos índices parciais pode significar uma grande diferença nos indicadores utilizados no calculo dos mesmos. Os indicadores IMA e IBES obtiveram valores absolutos maiores influenciando positivamente os números as suas médias, principalmente a do IMA, foram superiores inclusive à média do IDR, demonstrando um desempenho melhor dos municípios nesse setores.

Tabela 11 - Valores Máximos, Mínimos, Médios e Desvio padrão, dos índices parciais e do IDR por Território Identidade

	IDR	IPOP	IBES	IECO	IMA
Valor Maximo	0,4581	0,4331	0,5251	0,4856	0,7344
Valor Mínimo	0,3632	0,1581	0,3796	0,2232	0,4986
Média	0,4002	0,2511	0,4316	0,3000	0,6181
Desvio Padrão	0,0213	0,0557	0,0354	0,0666	0,0494

Fonte: Elaboração própria, 2011.

É também considerado importante esclarecer os novos pontos de corte, já que os valores apresentados, para Territórios de Identidade são diferentes daqueles apresentados para o Estado, a divisão por quartil se mantém. Assim como na análise por município é de fácil percepção que o indicador com números mais altos é o IMA, e o que possui indicadores com menor valor é o IPOP, no entanto o desvio padrão de ambos não é muito distante o que garante que a formação do IDR não vai ser enviesada por um índice parcial específico.

Tabela 12 - Classificação do Índice de Desenvolvimento Rural em Quartis por Território Identidade, Bahia

Quartil	IDR	Desenvolvimento Rural
1°.	Valor $\leq$ 0,3871	Crítico
2°.	0,3871 < valor $\leq$ 0,4121	Regular
3°.	Valor > 0,4121	Bom

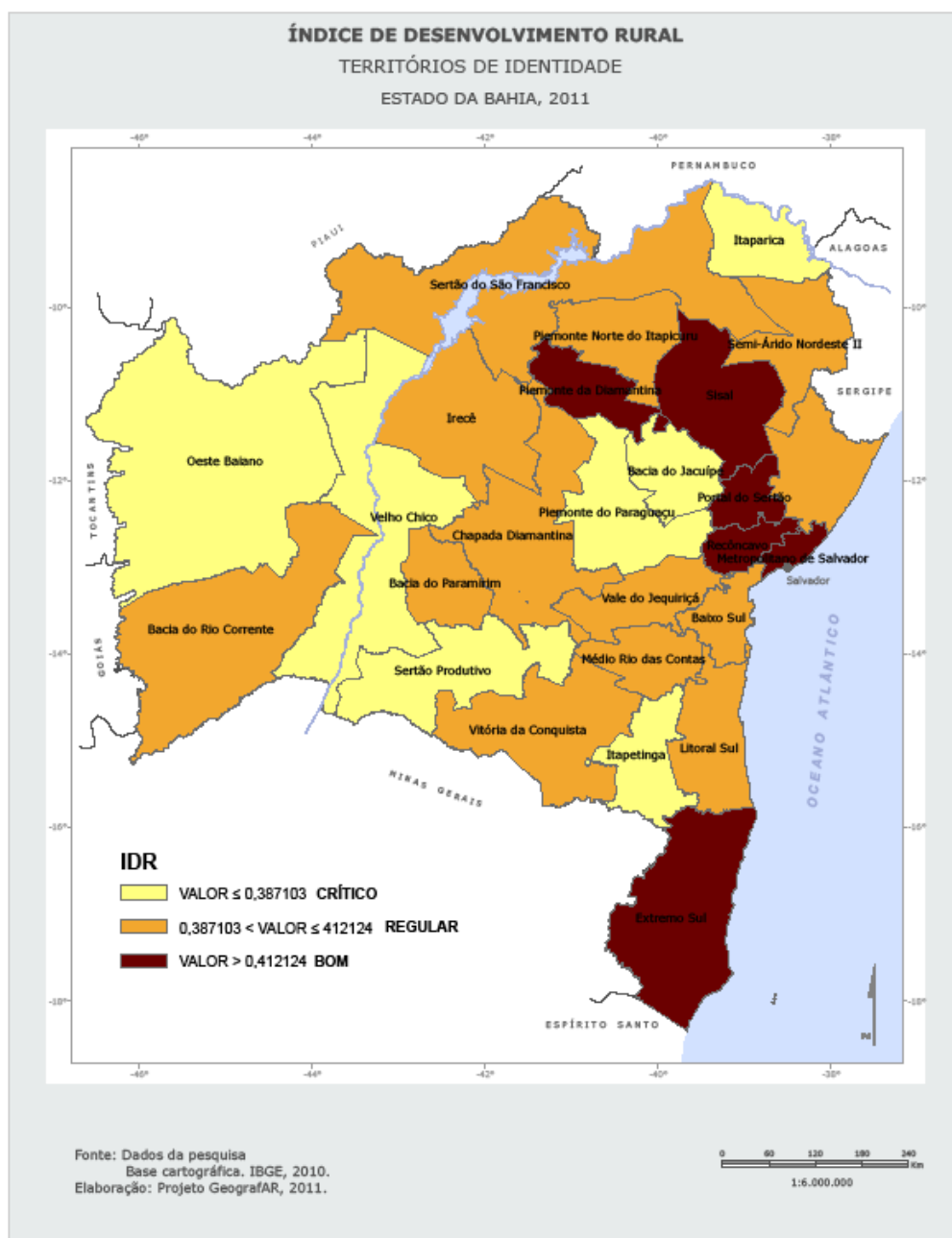
Fonte: Elaboração própria, 2011.

O mapa 1 apresenta o Índice de Desenvolvimento Rural por Territórios de Identidade e é possível identificar que os territórios com maior IDR são o Metropolitano de Salvador e o Portal do Sertão. O Território Metropolitano de Salvador, como era de se esperar se destaca bastante no IPOP e no IECO que apesar de não ser o maior, como o IPOP, está na faixa dos considerados bons. Esses resultados são vistos na realidade, a região do território engloba a

capital baiana, possuindo uma grande aglomeração populacional e concentrando um percentual considerável de renda do estado, sendo ela agrícola e não agrícola.

Outro território de destaque é o Portal do Sertão, que têm sua maior expressão justamente nos outros dois índices, o IBES e o IMA, revelando-se como uma região que apresenta melhor bem-estar social em relação as demais e se mantendo na média na consideração dos demais índices.

Mapa 1 – Índice de Desenvolvimento Rural, Territórios de Identidade, Bahia





Os territórios que apresentam os piores índices são Itapetinga e Sertão Produtivo, o primeiro, e pior de todos, apresenta baixo nível de desenvolvimento em todos os índices parciais tendo o segundo pior IPOP, o pior IBES e um IMA muito baixo, deixando somente o IECO com um valor intermediário. È realmente uma região de baixo desenvolvimento rural com baixa qualidade de vida para a população, em especial a rural, e que apresenta um baixo nível de conservação de suas terras.

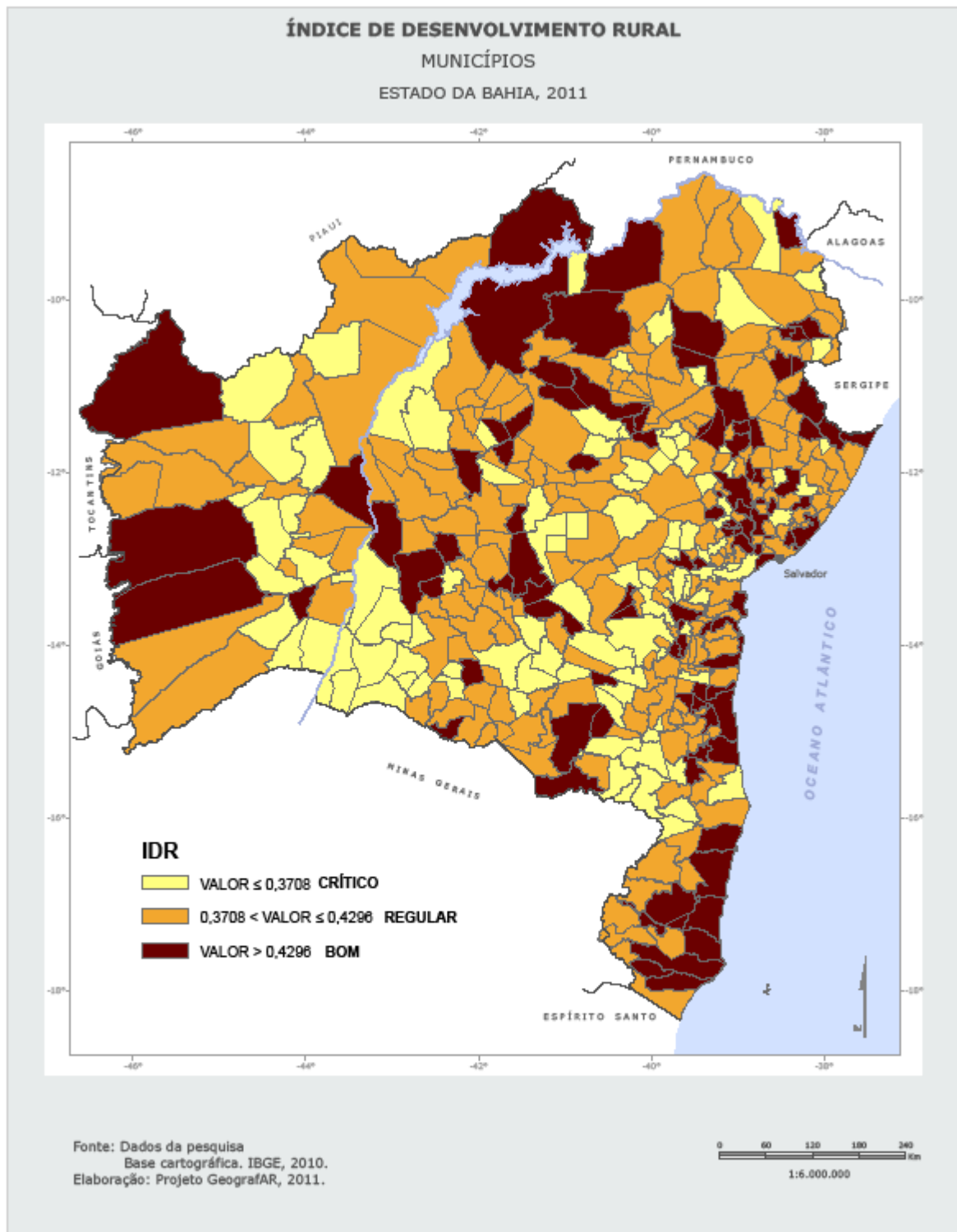
O Sertão Produtivo até apresenta um bom IBES, mas têm em contrapartida o pior IMA de todos os territórios demonstrando a péssima conservação no uso da terra, e também uma falta de direcionamento aos produtores locais, já que o seu IECO também não apresenta nenhum destaque.

No entanto, é interessante também analisar por municípios, para reduzir a escala de análise e identificar melhor as particularidades, deixando transparecer que o desenvolvimento baiano se espalha por todo o Estado. A partir de uma análise do Mapa 2, que apresenta o IDR por municípios percebe-se uma grande diversidade na espacialização deste indicador.

È possível notar que há uma dispersão no nível de desenvolvimento no Estado, os extremos apresentaram índices bastante consistentes apesar das diferenças em sua composição. A grande produção de grãos no oeste foi um fator importante que é possível ser visualizado, mas que no mapa por territórios não era possível ser observada, assim como o norte do estado que apresentava apenas índices medianos, quando o enfoque se apresentava por Territórios Identidade, sendo notável a presença de vários municípios com um bom nível de desenvolvimento.

O sul e o leste mantiveram o seu destaque interior, mas a análise desagregada e comparativa nos permite perceber que apesar de territorialmente essas regiões serem consideradas desenvolvidas ainda existem muitos municípios com desempenho intermediário ou ruim, principalmente ao redor da Região Metropolitana e no recôncavo baiano.

Mapa 2 - Índice de Desenvolvimento Rural, Municípios, Bahia



De maneira geral a análise dos índices nos permite perceber que a formação do IDR é bastante diversificada, a contribuição dos índices parciais é muito variada, sendo possível

encontrar áreas com grande força econômica, mas que não representam um bem-estar social para a sua população, de forma agregada essas diferenças tendem a se diluir prevalecendo o nível de desenvolvimento mais comum para os municípios da região.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso, buscou-se realizar um estudo comparativo do desenvolvimento rural por meio de indicadores para o Estado da Bahia. A escolha deste tipo de análise enfrenta desafios desde a seleção dos indicadores simples que compõem o índice de desenvolvimento rural quanto no desenrolar de sua interpretação. Optou-se por arriscar nesta análise, por ser uma maneira de visualizar de forma agregada e espacializada os municípios e os Territórios de Identidade do Estado, no contexto do desenvolvimento rural. No entanto, há que se interpretar com o cuidado necessário para não incorrer em análises viesadas.

De maneira geral observa-se, de acordo com o esperado que, o desenvolvimento rural no Estado se expressa de forma bastante diferenciada, afetada principalmente pelo processo de “modernização” agrícola que ocorreu em todo o país, financiado por políticas agrícolas que apoiaram uso intensivo de capital em detrimento do fator mão de obra, o campo baiano passou por um processo de tecnificação com concentração das terras e expulsão dos trabalhadores do campo.

A partir da análise da graduação elaborada pode-se concluir que alguns municípios e regiões baianas apresentam processos produtivos diversificados e sustentáveis. O índice referido serve também como demonstrativo para diferentes análises, assim como também pode ser usado para avaliar necessidades de investimentos governamentais, onde deve ser investido e qual o foco a ser dado.

É possível notar que ainda é muito grande a concentração de renda no Estado. Os municípios com bom desenvolvimento rural correspondem a mais de 45% da renda de todo Estado, sendo que esses municípios representam apenas 25% do total. Os municípios em pior condição com o desenvolvimento considerado crítico respondem por apenas 13,78% da renda de todo o Estado.

Observou-se que a agricultura familiar apesar de sua importância econômica e social, não foi um indicador de grande impacto para o desenvolvimento dos municípios, já que apresentou uma dispersão praticamente igualitária entre os níveis de desenvolvimento estipulados

anteriormente. Isso também demonstra por outro lado que a agricultura automatizada e de latifúndios maiores não é garantia de grande desenvolvimento nos moldes estabelecidos.

Foi possível observar que mesmo em regiões onde o IDR é mais elevado ainda há muito espaço para o desenvolvimento, através da análise dos índices parciais fica perceptível a diferença entre o desempenho dos mesmos, demonstrando que apesar de haver desenvolvimento nas regiões ele não engloba todas as áreas consideradas necessárias para o mesmo. Nas regiões onde o IDR é baixo essa necessidade de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento rural é maior ainda. Com o auxílio dos índices parciais é possível salientar as áreas de maior necessidade de investimento e que precisam de maior apoio governamental.

Assim, é possível perceber que através de uma análise desagregada os municípios com melhor nível de desenvolvimento estão espalhados pelo Estado, sendo que os motivos para terem alcançado esse nível é muito diversificado, tendo locais que se destacaram apenas pelo aspecto econômico enquanto outros apresentaram apenas um melhor cuidado com suas terras. Por englobar vários fatores do desenvolvimento o IDR fornece uma idéia geral sobre o desenvolvimento local e supre a uma necessidade básica de classificação dos municípios baianos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000. (Texto para discussão n. 702).
- BAPTISTA, F.O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.
- BRITTO, Elissandra Alves de. **A dinâmica do novo mundo rural e o seu reflexo na RMS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2004.
- CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz; COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt. Atualidades, perspectivas e desafios para o espaço rural baiano. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Salvador, 1999. p. 23-77.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **A ocupação da mão de obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 90**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia/UNICAMP, São Paulo, 2003.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Agropecuária baiana: transformações e impactos. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v.13, n.4, p.835-849, mar. 2004.
- FERREIRA, Patrícia Aparecida; *et.al.* Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47, n.3, p.769-792, set. 2009.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.
- GOMES, Andréa da Silva *et al.* Desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia: uma análise a partir de índices. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 1, p. 24-38, jan./jun. 2010.
- IBGE. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em:< <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em:16 set. 2011
- KAGEYAMA, Ângela Antonia **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- KAGEYAMA, Ângela Antonia Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p. 379-408, set./dez. 2004.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, set./dez. 2001.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Territorial indicators of employment- focusing on rural development**. Paris: OECD, 1996. 183 p.

OLIVEIRA , Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, maio/ago. 2002.

SANTOS, Laiana Carolina Silva. **Evolução histórica do setor rural baiano: uma análise de indicadores**. 2011. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2011.

SILVA, José Graziliano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Espacialização da agricultura e organização do espaço agrícola no estado da Bahia**. Salvador, 2001. 66 p. (Série estudos e pesquisas, 54).

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 327-344, 2003.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Holanda, v. 40, p. 391-408, out. 2000.